

ARTIGO

Recebido em:
20/08/2016

Aceito em:
10/04/2017

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n.49, p. 102-114, maio/ago., 2017. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v22n49p102

A competência em informação dos estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina

*Informational literacy competency of Brazilian Indigenous students at
Londrina State University*

Hugo Leonardo PRADO (hlprado247@hotmail.com)*

Jucenir da Silva SERAFIM (jucenir.serafim@fulbrigymail.org)**

Clara Duarte COELHO (claraduarte Coelho@gmail.com)**

Linete BARTALO (linete@uel.br)***

* Bibliotecário do SENAI/Cascavel.

** Mestrando(a) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UEL.

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UEL.

Resumo

Aborda a competência em informação para a aprendizagem acadêmica dos discentes indígenas da Universidade Estadual de Londrina, oriundos do vestibular dos povos indígenas e da Lei de cotas. Aplicou-se um questionário em Escala Likert para coletar os dados sobre o perfil dos participantes e mensurar as frequências de seus comportamentos em relação à informação. Para analisar os resultados utilizou-se uma convenção de categorização das médias obtidas, correspondentes às frequências de comportamento reportadas pelos participantes. A maior necessidade de informações apontada foi para a elaboração de trabalhos extraclasse, sendo que, de modo geral, a Internet é a fonte mais acessada, com destaque para o motor de busca *Google*.

Palavras-chave: Competência em Informação; Comportamento Informacional; Discentes Indígenas; Necessidades Informacionais

Abstract

Addresses the informational literacy competency for higher education of Brazilian Indian students at Londrina State University, who were admitted at the institution through the entrance exam for indigenous population and Quotas law. Therefore, a questionnaire using Likert scale was applied to collect data on the students' profile and measure their behavior frequency. To analyse the results, it was used a categorization convention of the obtained averages, which are correspondend to behavior frequency reported by the research participants. The biggest information need found was concerning extra curricular activities. In general, Internet is the most accessed information source, with preference for the search engine *Google*.

Keywords: Informational Literacy Competency; Informational Behavior; Brazilian Indigenous Students; Informational Needs



v. 22, n. 49, 2017.
p. 102-114
ISSN 1518-2924



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem testemunhando, desde seus primórdios, uma história de violações dos direitos fundamentais dos homens. Eventos como a colonização e a escravidão marginalizaram grupos inteiros a partir de preconceitos étnicos. Mesmo com o fim do período colonial e a abolição da escravidão em grande parte do mundo que se denomina civilizado, ainda se impõem obstáculos para a integração dos grupos minoritários, tais como negros e índios, às partes majoritárias da população.

Por um longo período, a sociedade elitista brasileira se negou a discutir um novo perfil de sociedade. É quase impossível um país crescer, perpetuando as formas de desigualdades. Porém, na sociedade atual ficam nítidas que essas formas não são meramente por questões sociais, étnicas, econômicas ou culturais, elas vão muito além, chegando à exclusão de certas comunidades.

A realidade predominante neste começo de século no Brasil é de uma gama de grupos de elites que detém a maior parte dos escassos recursos, sejam eles simbólicos, sociais, econômicos ou culturais. Obter tais recursos é fundamental para que os indivíduos, principalmente os que compõem os grupos minoritários, possam alcançar as condições mínimas para galgar a independência econômica, as normas e técnicas que permitem o ingresso à vida profissional, acesso à educação superior e aos bens culturais como teatros, bibliotecas e museus.

As origens elitistas da educação superior no Brasil ressaltam a supremacia dos grupos sociais privilegiados. No que tange às universidades públicas brasileiras, ainda não apresentam números significativos de ingresso de negros, índios e estudantes oriundos de escolas públicas. Entretanto, há uma tentativa de mudança dessa realidade por meio das denominadas ações afirmativas com a implementação de políticas de ingresso e permanência em cursos de graduação nas universidades públicas.

Os estudantes na graduação, independente de sua origem, se deparam com inúmeras situações problemas e têm necessidades informacionais a serem satisfeitas. A aprendizagem se efetiva de acordo com o grau de competência desenvolvido para lidar com a informação. As ações afirmativas por meio das cotas proporcionaram a entrada nas universidades públicas de pessoas provenientes de um meio social diferente do predominante, como estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, e por isto nem sempre apresentam o grau de competência exigido para as atividades acadêmicas.

Os indígenas, como qualquer pessoa, possuem competência em informação e precisam dela para se integrar à sociedade, pois a informação se faz necessária em todos os momentos da vida de um indivíduo. O comportamento de busca de informação é diferente em cada discente, porque cada um tem estratégias e atividades diferentes para transpor uma dificuldade informacional e atingir seus objetivos.

Esta pesquisa teve como participantes discentes indígenas da Universidade Estadual de Londrina. A partir da aplicação de questionários, visou-se averiguar a competência em informação de tais discentes nas atividades acadêmicas para identificar suas necessidades informacionais; mapear os canais informacionais; descobrir as estratégias de busca da informação; conhecer as formas de uso da informação e verificar a percepção da satisfação da necessidade de informação. Alicerçada na análise dos dados coletados por meio de questionários utilizando a escala Likert, identificou-se os níveis de intensidade do comportamento informacional dos discentes indígenas no que diz respeito à utilização das fontes e recursos informacionais, à natureza e extensão da informação que necessitam e à avaliação da informação recuperada em sua busca.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A informação faz parte da rotina dos indivíduos, sendo necessária não apenas para as tomadas de decisões, mas também para suas vidas cotidianas. Mediante o número elevado de informações disponíveis, é de vital importância selecionar o que é pertinente à sua necessidade e avaliar a sua confiabilidade. “Torna-se impossível apreender todas as informações produzidas, por isso as pessoas precisam desenvolver a capacidade de aprender a aprender, isto é, de buscar e usar a informação eficaz e eficientemente” (GASQUE, 2012, p. 50).

O processo de reconhecimento da necessidade de informação não é algo simples, contempla não só a busca, mas “o planejamento, estratégias e motivação para atingir objetivos, monitoração de estratégias, conhecimento e definição de canais ou fontes de informações potenciais, competências para usar tecnologias da informação e avaliação desse processo” (VARELA; BARBOSA, 2012, p. 157). É preciso que os usuários da informação tenham ferramentas para decodificá-la, como habilidades intelectuais, a interpretação, o controle e a organização do conhecimento.

Saber identificar as necessidades informacionais, realizar a busca e selecionar as informações pertinentes de forma satisfatória, são elementos que formam o comportamento informacional, pois “os indivíduos têm a capacidade de distinguir a veracidade das informações em qualquer âmbito, conseguem reconhecer e usar fontes de informação adequadas e percebem a contra informação” (OTTONICAR; VALENTIM; FERES, 2016, p. 126). A competência em informação contribui para dar sentido ao conhecimento adquirido, ultrapassando a condição de receptáculo do que é oferecido pelos canais informacionais. Para ser competente em informação a pessoa deve:

ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, tradução nossa).

Beluzzo (2005, p. 38) define a competência em informação como “processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas”. Dudziak (2003, p. 23) elucida o termo como o “processo de interiorização de valores, conhecimentos e habilidades ligadas ao universo informacional e à competência informacional”.

A aprendizagem no ensino superior por meio da busca da informação é exigência fundamental para a consecução do tripé pesquisa, ensino e extensão. “Construir a autonomia intelectual para busca e seleção da informação é fundamental para todo graduando, independente do curso que frequenta” (MANABE et al, 2014, p. 5). A autonomia perpassa pelo ato de conhecer a organização do material de referência, as normas da ABNT e os mecanismos de buscas na internet. Os indivíduos precisam ir além e produzir bons textos acadêmicos, elaborar projetos e implementá-los, comparar dados para fazer bons investimentos (GASQUE, 2012).

O discente precisa ter autonomia para buscar fora da sala de aula complementos para facilitar a aprendizagem, pois “o ensino só se efetiva com a ocorrência de aprendizagem, que por sua vez, é evidenciada por mudança de comportamento do aluno e suas relações com o meio em que vive” (FARIAS; BELLUZZO, 2015, p. 19). A responsabilidade em relação à aprendizagem na proposta da competência em informação é partilhada entre discente e docente, com ensino capaz de instigar a busca e relação de novas informações com o conhecimento acumulado em sua trajetória.

3 A LEI DAS COTAS E OS POVOS INDÍGENAS

A igualdade pleiteada e garantida pela constituição nem sempre é instrumento de respeito à diversidade social, as violações dos direitos dos grupos minoritários, tais como mulheres, negros e índios, são presenciadas constantemente. A inclusão sem considerar a diversidade nivela as particularidades de grupos que são naturalmente diferentes da cultura dominante. “Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (SOUZA SANTOS, 2003, p. 458).

Essa interpretação reconhecida como sinônimo de igualdade apresenta inconsistências que precisam ser desconstruídas, considerando as particularidades das minorias na elaboração de políticas públicas. A diferença das características culturais, educacionais, étnicas, religiosas e o respeito à diversidade é fundamental para que os grupos minoritários tenham as mesmas oportunidades apesar das condições na qual estão inseridos, “não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais” (PIOVESAN, 2008, p. 890).

Os grupos minoritários no Brasil foram ignorados durante muito tempo nos seletivos de ingresso ao ensino superior público. Entretanto tornou-se imprescindível repensar a estrutura de acesso e permanência desses grupos nas universidades. Os debates sobre a igualdade de oportunidades de acesso à educação superior no Brasil ganharam grandes proporções na década de 1990, perpassando da questão racial negra e propondo a inclusão da educação para os povos indígenas.

A sociedade deixou em segundo plano as questões indígenas, limitando-se a conceder reservas por meio de demarcações de terra, que são constantemente desrespeitadas por latifundiários ou por espaços urbanos, os quais o homem branco insiste em chamar de aldeias. Depois de terem sido massacrados, excluídos e ignorados, os indígenas são “convidados” a se inserirem na mesma sociedade que os manteve às suas margens, nivelando suas particularidades, especialmente quanto à sua cultura.

É preciso difundir as bases conceituais para um renovado conhecimento da sociodiversidade dos povos indígenas no Brasil contemporâneo, como também fornecer subsídios para a sedimentação da permanência dos estudantes indígenas no espaço acadêmico, contribuindo para entender e conseqüentemente propor melhorias para as relações que se estabelecem no convívio com as diferenças culturais.

No Paraná, a inclusão dos povos indígenas ao ensino superior foi garantida por meio da lei nº 13.134 de 18 de abril de 2001, “esta Lei determina legalmente a criação de três novas vagas em cursos regulares nas instituições de ensino superior estaduais a serem destinadas e ocupadas por índios” (ATHAYDE, 2010, p. 45), demandando que em todos os seletivos para ingresso como aluno em curso de graduação, cada universidade estadual deverá reservar três vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses (PARANÁ, 2001).

Posteriormente a lei nº 13.134/2001 foi modificada pela lei nº 14.995/2006 elevando o quantitativo de vagas de três para seis, dando origem ao Vestibular dos Povos Indígenas organizado pela Comissão Universidades para os Índios (CUIA), acrescentando a letra A “para designar um utensílio importante na cultura indígena, propiciando maior sonoridade à sigla, bem como atribuindo valor semântico à mesma” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2016).

Constituída por até três membros de cada universidade paranaense por indicação dos reitores, a CUIA é a principal instância para gerir a questão do índio

durante o seu percurso acadêmico, partindo da organização do processo de seleção que contempla características próprias desse segmento denominado Concurso Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas do Paraná (CVEI) e a elaboração de ações que visem à permanência e conclusão da graduação. A implementação dessa lei representou evolução significativa para a população indígena sendo a lei federal aprovada somente mais de uma década depois.

Em âmbito nacional, a legislação que versa sobre as políticas de cotas representa avanço recente sobre esse tema. As ações afirmativas são um “conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente” (PROUNI, 2016), instrumentalizadas por meio das cotas, proporcionaram o acesso dos grupos minoritários. Em 2012, após debates e lutas nacionais encabeçadas principalmente pelo movimento negro, foi criada a lei 12.711/2012 que determina que em quatro anos (até 2016) as universidades e os institutos federais de ensino deverão reservar 50% das vagas para estudantes procedentes de escolas públicas, com subcotas para estudantes de baixa renda, negros, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). A chamada Lei das Cotas, desde 2008 tramitando na Câmara dos Deputados, foi aprovada em 7 de agosto de 2012 para legitimar a democratização do acesso ao ensino superior.

4 METODOLOGIA

O estudo teve abordagem qualitativa com a intenção de mensurar o comportamento informacional dos discentes indígenas da Universidade Estadual de Londrina; a fim de identificar suas necessidades informacionais, mapear os canais de busca da informação, descobrir as estratégias de busca da informação, conhecer as formas de uso e verificar a percepção da satisfação das necessidades de informação.

Para a realização desta pesquisa primeiramente foi solicitado via requerimento à Pró-Reitoria de Graduação da UEL, a quantidade de discentes indígenas matriculados e os seus respectivos cursos de graduação. A coleta de dados ocorreu na primeira quinzena de julho de 2016, bem como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no qual os participantes concordam em participar da pesquisa.

Os indígenas estão divididos em alunos da graduação e os participantes do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica, a partir da lista dos alunos matriculados foi possível definir como seria feita a coleta de dados. Os alunos pertencentes ao Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica seguem um cronograma de reuniões no período noturno, por quatro módulos bimestrais com a finalidade de promover a formação acadêmica, cultural e política fortalecendo o pertencimento étnico-comunitário desses estudantes, bem como, a formação educacional nas áreas básicas do conhecimento para desenvolvimento pleno ao ingressar no ambiente acadêmico (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2013).

Após contato com a Comissão Universidade para Índios (CUIA), por intermédio de seu presidente, obteve-se acesso à reunião do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para expor aos alunos os objetivos deste trabalho e convidá-los a participar da pesquisa. A adesão do grupo presente possibilitou a aplicação do questionário durante tempo cedido na reunião.

Em seguida foram procurados em seus respectivos cursos os discentes com graduação em andamento, necessitando a identificação junto às coordenações dos cursos sobre os dias de aulas desses alunos. A aplicação do instrumento de coleta de dados ocorreu de forma presencial durante os intervalos de suas aulas, ressaltando a realização de agendamento prévio com o intermédio dos professores das disciplinas com indígenas matriculados, em virtude de alguns desses alunos possuírem carga horária da grade curricular reduzida e o elevado índice de faltas.

A regularidade de frequência dos alunos tanto no Ciclo Intercultural de

Iniciação Acadêmica quanto nas aulas de graduação refletiu na quantidade de questionários aplicados. Amaral e Baibch (2012) explicam esses fatores como resultado da ausência de uma política pública de permanência dos estudantes indígenas na universidade, incorrendo em entraves como deslocamento diário da terra indígena para a universidade, dupla jornadas de trabalho para complementar o valor insuficiente da bolsa-auxílio e custear moradia na cidade, os afazeres domiciliares e cuidado dos filhos são alguns empecilhos considerados para a flexibilização das aulas.

O questionário composto por um total de dezesseis questões, sendo sete perguntas para caracterizar o perfil do indígena e nove sentenças afirmativas utilizando a Escala de Likert buscou registrar o nível de concordância ou discordância sobre o seu comportamento informacional.

A Escala de Likert é um do modelo criado por Rensis Likert em 1932 para mensurar as atitudes no contexto das ciências comportamentais. A mensuração é baseada em um conjunto de indicadores e uma escala de verificação, esta quantificação permite comparações mais palpáveis entre os conceitos, sejam eles fortes/fracos, ou nunca/sempre. A quantificação da competência pela frequência do comportamento indicado, na verdade, em sua essência, tanto os comportamentos como a competência não são quantificáveis. Isso se deve ao fato de que estes fenômenos são subjetivos e por mais que se tente objetivá-los, aplicando-se esta quantificação, não se deve perder de vista que se reduz esta característica a uma sombra objetiva daquilo que ela é realmente.

A escala original criada por Likert consiste em desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância categorizados por intensidade da frequência de ocorrência, representada por números de 1 a 5, existindo variações na pontuação a critério do pesquisador (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014). Para essa pesquisa adotou-se a escala de 0 a 4, sendo 0 a ausência do comportamento e 4 a sua constância. Os números intermediários sugerem graus entre os dois extremos, sendo nunca e sempre, com a opção de respostas categorizadas por médias de intensidade da frequência de ocorrência.

Para analisar a mensuração do comportamento informacional dos participantes, efetuada pelas respostas ao questionário, utilizou-se uma convenção (Quadro 1) de categorização das médias obtidas, da intensidade da frequência de ocorrência, representada pelos números de 0 a 4, sendo 0 a ausência do comportamento e 4 a sua constância.

Quadro 1: Categorias de intensidade de frequência de comportamento

INTENSIDADE	FREQUÊNCIA
Baixa	Média menor que 1,00
Moderada	De 1,01 a 2,00
Alta	De 2,01 a 3,00
Altíssima	De 3,01 a 4,0

Fonte: Bartalo et al; 2013, p. 10.

Os dados coletados foram transcritos para uma planilha Excel, a primeira parte do questionário foi analisada de forma quantitativa ilustrando como é composto o grupo pesquisado, os dados obtidos com a Escala Likert as médias foram calculadas estatisticamente por participante e variáveis. A análise dos dados consistiu na comparação entre as médias destacando as intensidades alcançadas sobre cada afirmação proposta no questionário.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O perfil dos discentes indígenas da Universidade Estadual de Londrina caracterizado a partir das respostas às perguntas subjetivas do questionário, possibilitou entender como é formado o público alvo da pesquisa. Dos treze discentes indígenas que concordaram em participar do estudo, sete são da etnia Guarani Nhandewa; cinco são Kaingang e um Fulni-ô. As tribos são seis da Terra indígena Apucarantina, cinco são da Laranjinha, um Tekoa Nara'i e um Tekoa Ywy Porã (aldeia Porto Velho). As tribos estão localizadas nos municípios de Santa Amélia e Ábatia (Guarani Nhandewa); Tamarana e Lerroville (Kaingang); e Londrina (Fulni-ô). Em todas as aldeias fala-se a língua portuguesa e a língua materna de cada etnia.

A faixa etária dos participantes encontra-se entre 18 e 50 anos de idade, sendo cinco discentes ingressantes, no ano de 2016, no Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica, curso preparatório com duração de um ano para inserir o indígena na vida acadêmica antes de iniciar o curso de graduação. Dos oito participantes que estão com o curso de graduação em andamento, dois cursam Jornalismo, um Letras Vernáculas, um Artes Visuais, um Direito, um Ciências Sociais e dois cursam Medicina. Quanto ao gênero, são nove mulheres e quatro homens, tendo ingressado na UEL de 2011 a 2015.

5.1 Necessidades de informação e fontes acessadas

O ato de informar-se e informar está na base da participação nos processos sociais na atualidade, o que sugere o desenvolvimento de saberes e fazeres em termos de competências em informação e em comunicação. As necessidades de informação surgem quando o indivíduo toma consciência sobre o desconhecimento de determinado assunto, ou seja, “as necessidades cognitivas de uma pessoa: falhas ou deficiências de conhecimento ou compreensão que podem ser expressas em perguntas ou tópicos colocados perante um sistema ou fonte de informação” (CHOO, 2006, p. 99). As necessidades informacionais são constantes para o processo de aprendizagem, instigando o aluno a buscar essa informação de acordo com a tarefa a ser desenvolvida, dentro e fora de sala de aula.

O ensino superior é local de produção e socialização de saberes por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão e alcançar a satisfação das necessidades informacionais é o ponto chave para produzir conhecimento. No ambiente acadêmico a explicitação do que foi aprendido é cobrado diariamente, tanto em sala de aula por meio de debates e seminários, como na escrita com as produções textuais.

Perrotti e Pieruccini (2007), alertam que a mensuração dos comportamentos que estes participantes apresentam ao lidar com a informação pode ser traduzida de uma forma menos subjetiva como possíveis competências em informação. Assim, para observar tais competências é necessário conhecer seu comportamento frente à busca, uso e comunicação da informação, pois o comportamento informacional “inclui estudos das necessidades de informação e de como as pessoas a buscam, gerem, fornecem e usam tanto propositada quanto passivamente em sua vida diária” (GASQUE; COSTA, 2010, p. 30).

Miranda (2006, p. 106), define necessidades de informação como um estado ou um processo no qual alguém percebe a insuficiência ou inadequação dos conhecimentos necessários para atingir objetivos e/ou solucionar problemas, sendo essa percepção composta de dimensões cognitivas, afetivas e situacionais.

As médias alcançadas pelos participantes na variável necessidade de informação demonstrada na Tabela 1 estão localizadas na média de intensidade alta. Este resultado aponta para uma necessidade maior de informações durante a elaboração de trabalhos extraclasse, seguidos da preparação de seminários e preparação para prova. De acordo com Rodrigues e Wawzyński (2006, p. 29) “a

leitura e o estudo sistemático não fazem parte de seu cotidiano, de sua cultura. Afirmam que estudam para fazer as “provas” e que estudam pouco porque a universidade, muitas vezes, exige pouco”, fator que dificulta o entendimento dos indígenas após o aprofundamento do conteúdo exposto em sala de aula sem a presença do professor para sanar as dúvidas.

Tabela 1:- Necessidade de informação

Média Geral	Em outras situações	Na Preparação para provas	Na preparação de seminários	Durante trabalhos extraclasse	Durante as aulas	Questões
2,17	0,54	2,54	2,54	2,77	2,46	Médias

Fonte: Dados da pesquisa.

É interessante observar que a menor média foi a apresentada para necessidade de informação durante a aula, ou seja, durante a aula não se toma consciência de que se necessita de mais informação a respeito dos conteúdos tratados. Um participante relatou que tem necessidade de informação no contexto doméstico.

As fontes consultadas são elementos decisivos para satisfazer as necessidades informacionais, avaliar a confiabilidade da informação disponibilizada antes de se apropriar é de vital importância para a aprendizagem. Nos resultados apresentados na Tabela 2, a internet obteve média altíssima de 3,69 representando a preferência pelo ambiente digital. Em seguida, o livro com uma média de frequência de 2,77. As outras fontes apresentaram intensidade moderada. Em um ambiente acadêmico onde instrumentos bibliográficos são considerados sinônimos de informação, torna-se difícil apreender que as necessidades informacionais de usuários serão somente parcialmente satisfeitas por acervos ou canais formais de transferência da informação (SCHLEYER, 1982), é preciso entender que a informação também pode chegar de forma espontânea em sala de aula, com amigos ou meios de comunicação.

Tabela 2: Fontes de informação

Média Geral	Internet	Revistas	Jornais	Tese e/ou Dissertação	Relatórios de Pesquisas	Base de Dados Referenciais	Artigos de Periódicos	Livros	Questões
2,04	3,69	1,54	1,92	1,46	1,38	1,92	1,69	2,77	Médias

Fonte: Dados da pesquisa.

Os participantes têm predileção por fontes de informação virtual, e por isso precisam tomar maior cuidado ao selecionar a informação, pois a internet oferece inúmeros blogs e outros tipos de sites pessoais, nos quais as pessoas podem acumular as funções de autor, editor, distribuidor; tornando mais fácil a publicação da informação (CHARTIER, 1998, p. 16-17). Apesar dessa facilidade, o conteúdo criado pelos internautas, na maioria das vezes, não passa pelo crivo de um editor profissional ou pares de uma área do conhecimento, o que reforça a importância da avaliação da informação, bem como pensar estratégias para buscá-la.

5.2 Busca e avaliação da informação

A definição das estratégias de busca por informação é um passo importante, não só para eleger a fonte de informação que será consultada, mas também avaliar a confiabilidade das informações disponíveis, permitindo “[...] que o indivíduo reconheça suas necessidades informacionais e saiba acessar, avaliar e apropriar as informações recuperadas e atitudes para pensar criticamente diante do universo informacional” (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010, p. 260).

Tabela 3: Busca de informações

Média Geral	Outras fontes	Google	Com Professores	Com Colegas	Em Sites	Em Biblioteca	Questões
2,25	0,23	3,38	1,62	2,31	3,31	2,69	Médias

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme resultados apresentados na Tabela 3, a utilização do Google para buscar informação, obteve média altíssima de 3,38 e a busca de informações em sites de 3,3 demonstrando a propensão dos participantes para os meios mais ágeis de obter informação como já apontada também na variável fontes de informação (Tabela 2), reforçando a preferência desse público pela internet, a utilização de fontes menos especializadas como *sites* em geral, como *blogs* ou *Wikis*, também são válidas durante a busca como demonstra a média correspondente a essa opção. Todavia, as fontes digitais podem carecer de validação científica, a qual o discente pode obter ao consultar os colegas e docentes.

A busca por informação em bibliotecas aparece com média alta de 2,69, também com frequência alta foram mencionados os colegas com média 2,31. A busca de informação junto aos professores teve frequência moderada com 1,62 demonstrando um distanciamento dos indígenas com os docentes neste quesito.

Nos indicadores relacionados ao planejamento da busca de informação antes de iniciá-la, a média de 3,00 aponta para uma alta frequência de comportamento. Quanto “Buscar informações além do que precisam a respeito dos assuntos que estou estudando”, observa-se um índice de 2,92, considerado alto. As respostas dos discentes no quesito “Analiso as informações acessadas antes de usar”, teve uma intensidade altíssima de 3,23 (Tabela 4).

Tabela 4: Planejamento, busca e análise da informação

Média Geral	Análise das informações antes do uso	Busca de informação além do que precisa	Planejamento da busca	Questões
3,05	3,23	2,92	3,00	Médias

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3 Satisfação das necessidades informacionais

Antes de usar a informação acessada, os participantes discutem o seu conteúdo primeiramente com seus colegas (média alta de 2,31), também com familiares (média alta de 2,15). A média moderada com 1,77 quanto à discussão do conteúdo com os membros da sua aldeia, e os professores com 1,62 (Tabela 5) apontam um diálogo reduzido com esses dois extremos do aluno.

Tabela 5: Discussão do conteúdo da informação

Média Geral	Membros de sua aldeia	Familiares	Colegas	Professores	Questão
1,96	1,77	2,15	2,31	1,62	Média

Fonte: Dados da pesquisa.

A auto percepção de satisfação das necessidades informacionais gerais dos alunos indígenas apresentou média 2,38, e em relação às necessidades informacionais acadêmicas, 2,54, ambas, apesar de serem consideradas altas pela convenção adotada, podem estar representando uma sensação de insatisfação, um sentimento de que a lacuna de conhecimento não foi completamente preenchida (Tabela 6).

Tabela 6: Satisfação das necessidades informacionais gerais e acadêmicas

Média Geral	Satisfação das necessidades informacionais acadêmicas	Satisfação das necessidades informacionais	Questão
2,46	2,54	2,38	Média

Fonte: Dados da pesquisa.

A informação está presente em todas as atividades, mensurar a satisfação das necessidades informacionais no contexto geral e nas atividades acadêmicas corrobora todo o processo de construção do conhecimento desde a definição das estratégias de busca até a satisfação das necessidades informacionais, realizar todas essas etapas de forma sucedida definem o que é ser competente em informação, entretanto, [...] a competência em informação vai muito além da busca, organização e uso das informações pois significa saber o porquê do uso de determinada informação, considerando implicações ideológicas, políticas e ambientais” (DUDZIAK, 2008, p. 47). Os resultados demonstram um comportamento informacional com médias altas e altíssimas permitindo inferir que os indígenas desenvolvem todo o processo desde a busca da informação até a satisfação de suas necessidades informacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, desde o seu descobrimento, possui um histórico de inferiorização do indígena. O extermínio de várias etnias e a imposição para o abandono das suas práticas culturais foram eventos constantes no passado e são perpetuados no presente. O índio exaltado como personagem histórico é tratado como primitivo e não como ser pensante. O Estado principal responsável pela proteção dos povos indígenas instituiu políticas contraditórias e verticalizadas sem considerar as demandas oriundas dessa população. As disputas de terra, a falta de condições de saúde e saneamento básico ferem os princípios constitucionais.

Essas considerações por parte da cultura dominante contribuem para a exclusão dos indígenas. Na educação superior pública brasileira a inserção dos indígenas por meio da lei de cotas representa assunto polêmico, entretanto, esse contato com saberes institucionalizados se faz necessário à sua sobrevivência. A formação de profissionais indígenas é a tentativa de assegurar melhores condições de vida, não só para os que frequentaram o espaço escolar, mas para toda a aldeia, pois a busca de informações de forma autônoma exigida no ensino superior, formará cidadãos críticos que saibam utilizar as informações adquiridas para solucionar problemas e produzir conhecimento. No entanto, o sucesso de qualquer aluno está na bagagem informacional que ele irá adquirir com as trocas de experiência com o universo acadêmico.

A competência em informação se materializa em atividades e práticas informacionais, referindo-se a um conjunto de competências individuais que incluem conhecimentos, habilidades e atitudes utilizadas ao se lidar com a informação, ou seja, a competência encontra-se no comportamento, existe um comportamento competente de busca da informação, um comportamento competente de uso da informação, enfim, lida-se competentemente com a informação. Este estudo, com um grupo não institucionalizado, teve como foco o indivíduo em seu engajamento nas atividades que compõem o comportamento informacional e identificou suas competências para tais comportamentos.

Os resultados permitiram averiguar a competência em informação dos indígenas da Universidade Estadual de Londrina. As necessidades informacionais são constantes nas atividades acadêmicas, como demonstram as médias com índices similares, confirmando a obtenção de informação como essencial. O mapeamento dos canais informacionais foi possível definir quais os mais utilizados. A internet

emerge como principal recurso utilizado para satisfazer suas necessidades informacionais bem como a busca ser realizada no ambiente virtual utilizando o *Google*.

As estratégias de busca revelam que os indígenas planejam antes de buscar a informação e, analisam a informação antes de utilizá-la, entretanto, a busca da informação além do que precisam não é uma prática frequente. A discussão do conteúdo obtido expressa uma ligação dos indígenas com seus colegas de classe e uma relação distante com os professores. A percepção quanto a satisfação com as informações gerais e as relacionadas à aprendizagem foram consideradas alta.

Portanto os participantes da pesquisa apresentam-se capazes de buscar informações em fontes menos especializadas como sites em geral e o buscador *Google*, confirmando a preferência por fontes de informação virtuais as tradicionais como as bibliotecas, colegas e professores. A competência em informação desses discentes está ligada principalmente ao uso de fontes virtuais não especializadas e fontes tradicionais para a aprendizagem acadêmica. As cotas garantem a concorrência de forma igualitária para o engajamento no ensino superior, porém somente com o aperfeiçoamento da competência em informação a permanência é possível.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do; BAIBICH, Tânia Maria. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. esp., p. 197-220, dez. 2012.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Presidential committee on information literacy**: final report. Chicago, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlstandards/informationliteracycompetency.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ATHAYDE, Fernando Luís Oliveira. **Ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

BARTALO, Linete et. al. Comportamento e competência informacionais da comunidade discente na universidade estadual de Londrina In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/457/268>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da Competência em Informação. In: PASSOS, Rosemari; SANTOS, Gildenir Carolino. (Orgs.). **Competência em Informação na sociedade da aprendizagem**. Bauru: Kayrós, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 ago 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CHARTIER, Roger. A revolução das revoluções. In: _____. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 7-19.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2006.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SANTOS, Camila Araújo de; CASARIN, Helen de Castro Silva. Competência em informação e sua avaliação. In: VALENTIM, Marta. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 255-275.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008.

FARIAS, Gabriela Belmont de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Como desenvolver a competência em informação mediada por modelagem conceitual teórico-prática**: por uma aprendizagem significativa e criativa na educação. Londrina: ABECIN Editora, 2015.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: UNB, 2012.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p.21-32, jan./abr., 2010.

MANABE, Viviane Magda Marques Luiz et al. Comportamento informacional de ingressantes e concluintes de um curso superior. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 41-58, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p41>>. Acesso em 14 jun. 2016.

MIRANDA, Silvânia V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1117/1252>>. Acesso em: 16 Ago. 2016.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; FERES, Glória Georges. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 124-142, jan./jun. 2016.

PARANÁ. Lei nº 13134, de 18 de abril de 2001. Estabelece a reserva de vagas para indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais do Paraná. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, 19 abr. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/divisao-politicas/graduacao/cuia/documentos/lei_13134_2001.pdf>. Acesso em 17 maio 2016.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Gines; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Orgs.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 16. n. 3, p. 887-896, sept./dec. 2008.

PROUNI. **Ações Afirmativas (Cotas/Prouni)**. 2016. Disponível em:

<<http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SCHLEYER, Judith Rebeca. Estudo de Usuários: Introdução à problemática e à metodologia. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.1, n. 1, p. 49-71, jan./dez. 1982. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/3203>>. Acesso em: 23 Fev. 2017.

RODRIGUES, I. C.; WAWZYNIAK, J. V. Inclusão e permanência de estudantes indígenas no ensino superior público no Paraná – reflexões. In: Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade, 4, **Anais...**, Campo Grande, 2006. Disponível em: <<http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/relatoriocuia>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. Mensuração e escala de verificação: uma análise comparativa das escalas likert e phrase completion. **Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, out. 2014. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Volumes/15/1_Mensura%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escalas%20de%20Verifica%C3%A7%C3%A3o%20uma%20An%C3%A1lise%20Comparativa%20das%20Escalas%20de%20Likert%20e%20Phrase%20Completion.pdf>. Acesso em 20 fev. 2017.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Comissão Universidade para índios (CUIA)**. Disponível em: <<http://www.uel.br/prograd/?content=divisao-politicas-graduacao/cuia/estudantes.html>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Resolução CEPE/CA Nº 133/2013, de 14 de novembro de 2013. Dispõe sobre a criação do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para os estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina. **Resoluções Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 14 nov. 2013 2014b. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2013/resolucao_133_13.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 1, p.142-168, 2012.